

Proposta salarial do governo desagrada aos docentes

Representantes dos docentes e do governo têm se reunido semanalmente para tentar chegar a um acordo em relação à pauta de reivindicações da categoria. Contudo, por parte das lideranças do ANDES-SN, a opinião é de que o governo procura trabalhar uma proposta de salário que está imbricada com o projeto de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI). Numa das audiências recentes, a secretária-adjunta de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Marilene Ferrari Lucas Alves Filha, deixou claro que o governo não trabalha com a idéia reivindicada pelo Movimento Docente de paridade entre ativos e aposentados ou mesmo a isonomia entre os docentes das carreiras de 1º, 2º e 3º graus, dois dos principais eixos da campanha dos docentes.

Finalmente, num dos encontros, o Ministério do Planejamento apresentou os parâmetros pelos quais o governo pretende negociar com as entidades representativas dos docentes. Um dos pontos da proposta apresentada é a manutenção de uma gratificação por desempenho, que pode ser a GED ou outra que a substitua, composta de um percentual de 20% por avaliação individual e de 80% por avaliação institucional. Neste caso, será mantida a diferença entre os ativos e os aposentados.

Apesar de afirmarem reiteradamente que os parâmetros apresentados não são “fechados” e que o governo está buscando construir uma proposta dialogando com as entidades representativas dos docentes, os integrantes dos dois ministérios apresentaram uma proposta que difere profundamente do que pleiteia a categoria. Marilene Ferrari deixou claro que o Ministério do Planejamento pretende desenvolver negociações separadas com os docentes do ensino superior e das carreiras de 1º e 2º grau, o que causou a reação de todos os representantes sindicais. Carlos Alberto, do SINASEFE, lembrou que as pautas de reivindicações das entidades, protocoladas há meses, envolvem os docentes das carreiras de 1º, 2º e 3º grau e que o governo estava se recusando a tratar das questões relativas aos docentes de 1º e 2º grau.



Antes de audiência com o governo, professores fazem pressão



Mesa de negociação: muita conversa e poucos avanços

O que está sendo proposto?

O governo propõe a seguinte composição para o vencimento dos professores: vencimento básico (VB) + titulação + gratificação por desempenho. A proposta entregue pelo ANDES-SN recupera a paridade entre ativos e aposentados, a isonomia entre as carreiras de 1º, 2º e 3º grau e a incorporação das gratificações pelo valor máximo, resgatando o valor que a remuneração tinha em 1996. Atualmente, a remuneração dos docentes é composta de VB + complementação do salário mínimo + VPI + GAE + titulação + GED. A proposta governamental prevê um vencimento básico composto pela incorporação da VPI e da GAE, só que o incentivo de titulação seria desmembrado do vencimento e não mais um percentual e sim um valor fixo, diferenciado por classe/nível e por título.

A consolidação da proposição do governo se consolidaria entre 2008 e 2010, conforme abaixo:

2008 – incorporação da GAE e VPI, titulação com valores fixos por classe/nível e reestruturação da gratificação de desempenho por pontos e por classe/nível;

2009 – alteração do valor do ponto da gratificação de desempenho por classe/nível;

2010 – nova alteração do valor do ponto da gratificação por desempenho por cl./nível;

2010 - incremento do novo VB e alteração do valor do ponto da gratificação de desempenho por classe/nível.

REJEIÇÃO- Em audiência com os negociadores do governo, as entidades de classe presentes discordaram da proposta, afirmando que ela vem na contramão do que vinha sendo discutido. Depois de intenso debate, os representantes do governo e dos docentes mantiveram suas posições. “A proposta de nova estrutura da remuneração, feita pelo governo, adequa-se ao projeto do REUNI. Por isso, propõe uma gratificação por desempenho baseada nos resultados da instituição e na produtividade dos docentes”, afirma Paulo Rizzo, presidente do ANDES-SN. As negociações com o governo têm sido ao ritmo de muita pressão, como podemos observar pelas fotos de manifestações em Brasília. (Fonte: Andes-SN)



Matheus Saldanha Filho, 56, professor do departamento de Desportos Coletivos do CEFD.

“Nós temos algumas questões que precisamos qualificar, em termos de política, pois não gostaria de abordar a valorização ficando somente na questão do salário, mas sim em diversas dimensões. Podemos fazer uma análise da questão de

valorização e reconhecimento do profissional, ou seja, do professor, de várias maneiras no meu entendimento. Na questão da escolha da temática, eu acredito que sim, que nós temos o livre-arbítrio de escolher a área de trabalho ou a formação profissional. Nesse aspecto, eu acredito que tenha valorização e haja entendimento sobre a importância do trabalhador da educação. No aspecto salarial, carreira, eu acredito que em parte. Essa valorização não somente centrada na questão do salário ou da carreira é uma luta muito grande, que interfere na valorização profissional. Se você não tem um salário, uma remuneração digna, você terá muitas dificuldades de desenvolver seu potencial, seus compromissos, suas responsabilidades. Na questão de valorização, eu também trago um outro elemento que faz parte, que se refere às condições de trabalho. Nesse sentido nós temos que lutar por condições dignas de trabalho, por espaço, materiais didáticos, laboratórios, a formação continuada dos problemas, que ainda é uma questão complicada, complexa, que não aparece. Uma outra questão dentro da valorização que são as horas de trabalho. Aí também nós temos que discutir um aspecto que interfere na valorização, pois hoje temos uma pressão da carga horária do professor. Surgem políticas do governo para ampliar o número de alunos, de salas de aula, de cursos diurno e noturno, etc. Tem toda essa política em cima e isso está sufocando, tensionando os professores”.

ELES DISSERAM

“Muitos nem sabem o que é o Reuni. Só ocorreram dois debates e não foi preocupação da Reitoria ampliar a discussão”. (Pedro Dias, aluno do curso de Medicina da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG, em protesto contra o anúncio da decisão da participação da instituição no Programa do Governo, o Reuni, no Correio do Povo de 25 de outubro de 2007)

“É difícil a polícia entrar ali, porque um tiro em Copacabana é uma coisa. Um tiro [na favela da] Coréia, no complexo do Alemão [nas zonas oeste e norte, respectivamente] é outra”. (José Mariano Beltrame, secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, sobre a mudança dos locais dos armamentos de traficantes, que estão indo para zonas nobres para evitar as ações de policiais, na Folha de São Paulo de 24 de outubro de 2007).

“Não quero que me identifiquem com Hillary Clinton, nem com Evita Perón, nem com ninguém”. (Cristina Kirchner, candidata à presidência, dias antes da eleição na Argentina, no jornal Zero Hora de 25 de outubro de 2007)